

Fernando Molica

Os muitos e necessários lugares de fala

Até por reconhecer um dos princípios básicos da literatura — a capacidade de gerar empatia com o outro — prefiro falar em lugares, e não em lugar de fala. Isso torna a expressão menos restrita e determinante, não define quem pode falar o quê.

A dominação branca e masculina que sempre se refletiu no processo de criação artística hegemônico criou uma distorção que, aos poucos e muito lentamente, começa a ser corrigida. A chegada de novas e necessárias vozes não implica substituições, mas acréscimos.

Isso tudo tem a ver com “De onde eles vêm”, o novo romance

de Jefferson Tenório lançado pela Companhia das Letras. Autor do ótimo “O avesso da pele”, ele traz um outro protagonista negro, Joaquim, um jovem pobre, morador de Porto Alegre que quer ser escritor e chega à universidade graças ao sistema de cotas.

Aviso que ainda não terminei de ler o romance, que vai muito além da discussão de políticas inclusivas e compensatórias. Num ótimo dribble a expectativas reducionistas do leitor, o título do livro surge a primeira vez ligado ao exercício da literatura: “De onde vêm as palavras? De onde vêm os versos? De onde eles vêm?”

Ao longo da narrativa acompanhamos um processo de transição semelhante ao narrado em entrevistas pelo escritor francês Édouard Louis, uma das atrações da última Flip, o difícil trajeto entre uma vida pobre, sem expectativas de ascensão, e um universo construído para manter tudo do jeito que sempre foi.

E aí vem a história dos lugares de fala. Há momentos em que são apresentados diferentes olhares, todos, até onde eu li, legítimos, mas contraditórios. Em duas passagens, Elisa, a namorada branca de Joaquim, vai tirar satisfações num quilombo ao lado de sua casa, reclamar

do cachorro feroz dos vizinhos que invadira seu quintal.

Na primeira vez, ouve da idosa quilombola que seu cão não invadira nada, “ele só entra no que é dele”. Na segunda investida, Elisa diz que jamais fizera mal aos quilombolas. E recebe outra resposta dura: “Você só precisa existir pra me fazer mal, moça”.

Os episódios iluminam o que talvez há de melhor na boa literatura, o confronto de duas razões. Elisa está certa ao reclamar do cachorro; Iarema, a quilombola, também age corretamente ao, com seu argumento, resgatar o massacre e a herança da escravidão — os bran-

cos é que são os invasores.

Negro como Iarema, ainda ta-teando num universo branco que reforça sua exclusão — não tem dinheiro para sair para beber com os amigos da namorada —, rompido com a tradição religiosa de matriz africana da avó, Joaquim se questiona, procura se situar. Tenta encontrar um lugar que parece não existir, que precisa ser desbravado numa sociedade acostumada a determinar onde cada um pode ficar.

A necessidade dessa busca ressalta a importância dos muitos lugares de fala. Homem e negro, Tenório enfatiza as dúvidas de Joaquim, mas não ignora nem despre-

za as de Elisa, tão relevantes quanto as dele; o fato de ser branca não a impede de sofrer, de se angustiar, de buscar uma vida melhor. A autor sabe disso, e procura traduzir o olhar da personagem.

Nada impediria também que história semelhante fosse escrita por uma mulher, branca como Elisa, que tratasse Joaquim na terceira pessoa. Seria outro romance, provavelmente com outro enfoque, não necessariamente melhor ou pior — autores são diferentes entre si, independentemente de cor, gênero ou orientação sexual. O fundamental é ter, cada vez mais, diferentes olhares e versões.

Sérgio Cabral*

Ir e vir

Os artigos sobre política tendem a não valorizar o cotidiano da gestão pública e enveredar pelos caminhos das articulações políticas de gabinetes, partidos e a luta diária pelos acordos e desacordos dos grupos e agremiações partidárias. Tanto na minha vida pública como nos espaços de veículos de comunicação que trabalhei, sempre procurei lembrar da máxima rodrigueana: “a vida como ela é”. Sem isso, é o poder pelo poder, sem o que mais importa que são as pessoas e a sua realidade.

Por isso, meu modesto recado às prefeitas e prefeitos reeleitos ou que iniciam o seu primeiro mandato, com um apelo: olhem para as calçadas que sua população pisa e olhem para cima, onde

fições de todos os tipos se cruzam entre postes.

Os transeuntes têm riscos de todos os tipos. Buracos, pedras soltas, bueiros destampados. Canos velhos que estouram no meio da rua. Recentemente, aqui no Rio, uma tubulação de décadas estourou no subúrbio e uma senhora morreu e sua casa foi completamente destruída. Além de causar prejuízos em diversos carros da rua atingida. Não há dia nas cidades do país que pessoas não se machuquem pela ausência de zelo na manutenção de calçadas.

As chuvas derrubam postes, arriam fiações, geram transtornos que vão de perdas materiais como automóveis até vidas perdidas. Bairros têm seus fluxos interrom-

pidos. Vias bloqueadas que geram má qualidade para quem paga IPTU e não vê o retorno por parte da zeladoria da cidade.

Vejo administradores realizarem obras que não são prioritárias para “assinar” sua gestão no município, sem se preocupar com o básico: por onde as pessoas vivem, andam e se encontram para conviver e desfrutar da sua cidade.

Aproveitem e se sensibilizem pelos moradores de rua, que se amontoam em condições desumanas. Numa vida desgraçada e injusta. Que vivem de esmolas e da caridade de boas almas que à noite percorrem a cidade para prestar o mínimo de solidariedade com alimentos e roupas.

As ruas são reflexo de um país

injusto, como é o Brasil. De uma elite que não se articula por isso. E por muitos gestores insensíveis ao “bê a bá” do que é ser prefeita ou prefeito de verdade.

Em 1996, perdi a eleição para prefeito no segundo turno, para o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde (1934-2015), querido amigo que tive o privilégio de contar em meu primeiro ano de governo como Secretário de Cultura, em 2007. Pois bem, os destaques de sua campanha à prefeitura do Rio eram os seus feitos na gestão César Maia vinculados à transformação do ambiente das ruas e vielas de nossa cidade. Os programas Rio Cidade e Favela Bairro. Que mudaram para melhor o ir e vir das pessoas. De lá pra cá, nada ou qua-

se nada foi feito pela prefeitura do Rio nessa direção.

A violência se manifesta de várias formas, e uma delas é o abandono das ruas de bairros e favelas da cidade.

Repare o emaranhado de fios nas ruas de nossos municípios! Deixe o carro na garagem e ande pelas calçadas de sua cidade. Sugiro que a(o) prefeita(o) caminhe pelas ruas de seu município, pelo menos 3 km por dia, pode ser a qualquer hora do dia e da noite. Para sentir e verificar a vida real das artérias da cidade. Não é para ir de carro. É para ir a pé.

João do Rio (1881-1921), cronista maior das ruas da cidade, no início do século XX, descrevia saborosamente, em “A alma

encantadora das ruas”, as poucas ruas urbanizadas do Rio, fruto da iniciativa urbanística e modernizadora do prefeito Pereira Passos (1836-1913).

Aos trancos e barrancos os transeuntes do Rio sobrevivem a uma cidade violenta em diversos aspectos. De uma bala perdida que pode ser fatal a um tornozelo torcido por um buraco na calçada, como um cabo de fio ou poste despencar na sua cabeça. Sem mencionar a corrida de obstáculos de nossos cidadãos PCDs. O ir e vir das pessoas é o que pode haver de mais sagrado e civilizado em uma cidade.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Celina Leão*

O Distrito Federal não se rende a ataques contra sua autonomia

O Distrito Federal enfrenta mais uma vez uma tentativa covarde de desmonte do seu principal pilar de sustentabilidade financeira: o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Pelo segundo ano consecutivo, o governo federal insiste em enfraquecer a capital do Brasil, propondo mudanças que ameaçam diretamente a qualidade dos serviços públicos e o sustento de milhares de servidores que dedicam suas vidas à saúde, segurança e educação de milhões de pessoas. É inadmissível que Brasília, que já carrega tantas responsabilidades, seja alvo de um golpe tão grave contra sua autonomia.

O FCDF não é um privilégio. Ele foi criado para que Brasília, como capital nacional, pudesse cumprir seu papel de atender sua população de quase 3 milhões de habitantes e os mais de 4 milhões de pessoas do Entorno que dependem do DF para serviços básicos. Além disso, o Distrito Federal é o coração político e diplomático do país, abrigando embaixadas, organismos internacionais e sedes do governo federal. Aqui, a responsabilidade vai além das fronteiras locais. Atacar o Fundo Constitucional é ignorar essas especificidades e desrespeitar o pacto federativo que reconhece o papel singular de Brasília no Brasil.

A tentativa de reajustar o FCDF pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), ao invés da receita corrente líquida (RCL) da União, é uma medida injusta, que desconsidera a necessidade de um fundo robusto para sustentar os serviços públicos do DF. Se implementada, essa mudança representará um corte de R\$ 16 bilhões entre 2025 e 2030, desmontando a capacidade de Brasília de oferecer serviços básicos à sua população e àqueles que chegam de todo o Brasil. Esse corte não é apenas um ataque ao orçamento, mas um ataque direto à vida de milhões de pessoas que dependem dos hospitais, escolas e políticas públicas do DF.

Essa proposta é uma afronta também aos servidores públicos do Distrito Federal. São esses homens e mulheres que garantem que a máquina pública funcione, que a saúde chegue a quem precisa, que a segurança esteja nas ruas e que as escolas acolham nossos jovens e crianças. Atacar o FCDF significa colocar em risco o sustento e as condições de trabalho desses profissionais, que já enfrentam desafios diários para atender uma população em constante crescimento. Essa medida não é apenas técnica, é desumana. Coloca em xeque a dignidade de quem trabalha para que Brasília continue sendo a capital que acolhe e cuida.

Enquanto o governo federal tenta desmontar o FCDF, o Governo do Distrito Federal segue dando exemplo de responsabili-

dade fiscal. Recentemente, anunciamos a redução da alíquota do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) de 3% para até 1%, medida que entrará em vigor em 2025. Essa decisão foi possível graças a uma gestão austera, comprometida e eficiente. A redução do ITBI busca impulsionar o mercado imobiliário, desfrutar investimentos e fortalecer a economia local. Enquanto o DF trabalha para crescer e atender melhor sua população, o governo federal apresenta propostas que visam enfraquecer nossa cidade.

A proposta de mudar o cálculo do Fundo Constitucional não é apenas uma decisão administrativa. É uma ação política, calculada para prejudicar Brasília e sua população. É uma tentativa de limitar a autonomia de uma cidade que não pode ser comparada a outras unidades da federação. O Distrito Federal é único, e o FCDF reflete essa singularidade. Reduzir seus recursos é comprometer o papel da capital do Brasil e enfraquecer a capacidade de atender não apenas seus habitantes, mas todos os brasileiros que dependem dela.

Não aceitaremos essa medida. Sob a liderança do governador Ibaneis Rocha, estamos prontos para enfrentar mais essa tentativa de ataque à nossa cidade. Em 2023, mostramos força e articulação ao barrar uma proposta semelhante. Este ano, estaremos

ainda mais firmes. Essa luta não é partidária; é uma luta pela sobrevivência de uma cidade que é a capital de todos os brasileiros. Nossa bancada no Congresso Nacional já demonstrou que está comprometida com a defesa do DF, e seguiremos mobilizados para garantir que o Fundo Constitucional permaneça intacto.

Brasília não se curva. Essa cidade foi construída para ser símbolo de união e esperança para o Brasil. Não permitiremos que ações irresponsáveis e políticas mesquinhas comprometam tudo o que foi conquistado. Não se trata apenas de orçamento, mas de dignidade, de garantir que milhões de pessoas tenham acesso a serviços de qualidade. A história mostra que o DF nunca recuou diante de ataques, e dessa vez não será diferente. Defenderemos Brasília com toda a força que ela merece.

O DF é mais do que uma cidade; é o coração do Brasil. Não recuaremos diante de injustiças. Brasília continuará sendo a capital que acolhe, protege e cuida de todos que aqui chegam. Nossa luta é pela justiça, pela dignidade e pelo futuro de uma cidade que é patrimônio de todos os brasileiros. Não permitiremos que ataques políticos destruam o que Brasília representa para o país.

*Vice-governadora do Distrito Federal

EDITORIAL

Um imenso risco para o Distrito Federal

No dia 12 de dezembro de 2022, quando era diplomado presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, manifestantes por pouco não jogaram um ônibus do alto de um viaduto. No dia 24 de dezembro do mesmo ano, quase houve um atentado a bomba no Aeroporto de Brasília. No dia 8 de janeiro de 2023, a fatídica invasão do prédio dos Três Poderes. Finalmente, no dia 13 de novembro deste ano, Francisco Wanderley Luiz explodiu-se num atentado a bomba em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Independentemente da posição política de cada um, é inegável que Brasília, sede do poder no país, não vive dias normais. São tempos que requerem segurança redobrada. Nesse sentido, parece ser um risco insano, descabido, cogitar justamente neste momento a redução dos valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) no conjunto de normas destinados a promover o necessário ajuste fiscal.

O FCDF foi criado justamente dentro da compreensão de que o Distrito Federal não é uma unidade da Federação como as demais. Brasília é a capital do país. É aí que vivem o presidente e o vice-presidente da República,

e é em Brasília que as principais decisões brasileiras são tomadas. Naturalmente, por essas mesmas razões, é palco das principais manifestações políticas. É lamentável que hoje muitas vezes tais manifestações tenham sido violentas, mas, mesmo em situações normais, a segurança da cidade requer atenção.

São os recursos do FCDF que custeiam a segurança pública do DF. E também a saúde e a educação do Distrito Federal. Há uma estimativa de que, caso tais recursos não houvessem, o DF teria perdido ao longo dos anos mais de R\$ 100 bilhões.

Não cabe imaginar o DF como os demais estados, alegando que ele poderia ter mais recursos próprios advindos da sua própria economia. O DF e Brasília têm diversas características específicas. O FCDF não é somente um fundo de incentivo como os demais fundos regionais. E o governador Ibaneis Rocha tem razão ao questionar mesmo certa falta de inteligência de quem os compara.

É um imenso risco para o DF perder recursos do seu Fundo Constitucional. Não é somente Brasília que precisa dele. É o Brasil inteiro. Para sua segurança e tranquilidade.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: URSS CONDENA PRESSÃO INTERNACIONAL NO CONFLITO

As principais notícias do Correio da Manhã em 6 de dezembro de 1929 foram: URSS condena a pressão que os Estados Unidos está

fazendo no conflito com a China, dizendo que ela é injustificável. Especulou-se, na Espanha, que o general Primo de Rivera estaria elaborando

um manifesto à nação, antecipando as eleições gerais no país. Chega ao Rio de Janeiro o navio escola da marinha mercante alemã.

HÁ 75 ANOS: CÂMARA DEBATE ABONO DE NATAL PARA CIVIS E MILITARES

As principais notícias do Correio da Manhã em 6 de dezembro de 1949 foram: Inglaterra e França condenam a ONU de inspecionar

antigas colônias que ainda não viraram territórios oficiais. Nacionaistas chineses estudam a possibilidade e evacuem para a Ilha Formosa. Co-

missão de Finanças da Câmara dos Deputados debate projeto de abono de natal a servidores civis e militares da União.

Correio Petropolitano

Uma publicação do Correio da Manhã

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente) comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com Bruno Portella (Diretor) Rodrigo Magnavita (Diretor)

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação) redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Luana Motta (editora), Pedro Sobreiro, Rafael Lima e equipe TVC

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) Leo Delfino (Editor)

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Petrópolis: Trav. Vereador Prudente Aguiar, 38 - conj 216 - CEP 25620-090

Centro - Petrópolis-RJ

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

CEP: 22775-057

www.correiopetropolitano.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.